

Do hegemónico ao total: algumas leituras prescientes da nova ordem de comunicação e dominação

Rui Pereira

Universidade Lusófona do Porto

rui.mateus.pereira@ulusofona.pt

Resumo

Tendo como pano de fundo o conceito de hegemonia nas suas releituras culturalistas neogramscianas, propõe-se uma reflexão em torno de cinco autores (os distopistas Huxley e Orwell e os ensaístas Debord, Postman e Mailer) os quais, no seu conjunto, protagonizam, no entendimento aqui adotado, uma presciência da supremacia neototalitária contemporânea, baseada em, então, inexistentes ou incipientes novas práticas de governança e dominação, que envolvem a injunção jurídico-moral no político (Tonelli), a ampliação incomunicante da comunicação (Sfesz), as novas técnicas de produção maciça de verosimilhança

e de controlo do imaginário (Bragança de Miranda), e o carácter “terapêutico” da produção de poder (López-Petit), da sua produção de prazer (Tocqueville, Foucault) e da sua produção de ameaça (Luhmann) nos regimes de oligarquia liberal (Castoriadis) que se autoproclamam como “democracias”. O ponto de partida é a asserção enunciada por Mário de Sottomayor Cardia segundo a qual “as ditaduras modernas e contemporâneas são frequentemente democráticas”, articulando os três fenómenos propostos pelas Jornadas.

Palavras-chave: Comunicação; Democracia; Distopia; Neofascismo; Controlo; Entretenimento.

Abstract

Tacking as background the concept of hegemony in its neo-Gramscian culturalist readings, a reflection is proposed around five authors (the dystopian authors Huxley and Orwell and the essayists Debord, Postman and Mailer) which, as a whole, play a leading role in the understanding, here adopted, of a prescience of contemporary neo totalitarian supremacy, based on, then, non-existent or incipient new practices of governance and domination, which involve the legal-moral injunction in politics (Tonelli), the incommunicative expansion of communication (Sfesz), the new techniques of mass production of verisimilitude and

control of the imaginary (Bragança de Miranda) and the “therapeutic” character of the production of power (López-Petit), its pleasure’s production (Tocqueville, Foucault) and its threat production (Luhmann) in liberal oligarchy regimes (Castoriadis) that proclaim themselves as “democracies”. The starting point is the assertion enunciated by Mário de Sottomayor Cardia according to which “modern and contemporary dictatorships are often democratic”, so articulating the three phenomena proposed by the Jornadas.

Keywords: Communication; Democracy; Dystopia; Neofascism; Control; Entertainment.

Data de submissão: 2023-03-05. Data de aprovação: 2023-05-09.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

As ditaduras modernas e contemporâneas são frequentemente democráticas

Mário de Sottomayor Cardia

Têm-se multiplicado, ao longo das últimas décadas, nos espaços de discurso público das chamadas sociedades ocidentais, alusões à assim chamada “crise da democracia”, usualmente como rodapé ornamental do aumento dos resultados da abstenção em atos eleitorais, do incremento das votações em opções vulgarmente rotuladas como “populistas” ou ainda em referência à casuística dos fenómenos de judicialização da política em torno do fenómeno da corrupção. De modo semelhante, também uma extensa literatura académica se debruça sobre o tema, naquela formulação ou noutras idênticas.

Em ambos os casos, uma elevada produção discursiva em torno do assunto aparece tematizada num registo comum, o de que a “democracia” é um objeto pacificamente determinado, suficientemente definido e isento de qualquer controvérsia. Do mesmo modo, quer na vulgata quer em muita da literatura académica, a formulação “democracias liberais” é dada como adquirida e não contraditória, contrariamente a toda a história moderna do pensamento político e social.

Em ambos os casos, ainda, tais proclamações assentam sobre a premissa de que a “moderação” e o “diálogo” são os elementos necessários e suficientes para, com uma cordura que terraplana a divisão social, regular com inerente bondade os diferenciais de poder e de acesso em comunidades profundamente fragmentadas, divididas e com elevados sinais de erosão e desagregação das relações sociais e interpessoais.

Para uma revisão sumária da

História do “Fim da História”

O que podemos pensar enquanto uma sorte de “extremismo da moderação” que estigmatiza toda a divergência sob o apodo de “radicalismos” ou mesmo de “populismos” (de esquerda ou de direita, para usarmos um referencial expressivo típico), funciona como uma recondução do mesmo ao mesmo, a partir do que Slavoj Žižek em diferentes passagens da sua obra chama o “pós-político” (Žižek, 2012 [2010], p. 11)¹, e o seu “consenso cínico” (Žižek, 2000, p. 10). No plano discursivo o elogio do centro opera como modalidade de exclusão e, no limite, supressão de qualquer divergência, plasmada na conhecida fórmula do “Discurso TINA”, um acrónimo cunhado por Claire Berlinski (2008), tomado da expressão recorrente da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, “There is no alternative”.

Este extremismo da moderação que aqui se designará como “moderatismo” aparenta, ainda, requerer uma releitura das teses acerca do hipotético “fim da história”, essa equívoca glosa hegeliana proposta por Fukuyama e abundantemente secundada em peças menores de pensamento ideológico, no que constituía mais do que uma tese, um programa político.

Na arrumação político-partidária de boa parte do chamado mundo ocidental, pode descrever-se entre os factores causais desta tendência pseudo-mesotética a rearrumação ocorrida a partir da década de

1. Na esteira da análise aqui proposta, os trechos zizekianos aludidos são, concretamente, os seguintes: 1) “Na democracia pós-política de hoje, a tradicional bipolaridade entre o centro-esquerda social-democrata e o centro-direita conservador vem sendo substituída pouco a pouco por uma nova bipolaridade entre política e pós-política: o partido tecnocrata liberal, tolerante e multiculturalista do governo pós-político e sua contrapartida populista de direita da luta política apaixonada – não admira que os antigos adversários de centro (conservadores ou democratas cristãos e sociais-democratas ou liberais) sejam tantas vezes forçados a unir forças contra o inimigo comum” (Žižek, 2012 [2010], p. 11) e 2) “el universo existente se presenta como post-político en el sentido de que hay una suerte de pacto social básico según el cual ya no se percibe a las decisiones sociales elementales como decisiones políticas, y no se las discute como tales. Se han vuelto simples decisiones de gesto y de administración. Y los conflictos restantes son en su mayoría conflictos entre diferentes culturas. Tenemos la forma presente de capitalismo global, más algún tipo de democracia tolerante como el último exponente de esa idea. Y, paradójicamente, sólo muy pocos están preparados para cuestionar este mundo” (Žižek, sd [2001], p. 327).

1970, com o triunfo do chamado “neoliberalismo”, fenómeno com melhor propriedade designado pela politologia norte-americana como neo-conservadorismo e consubstancia o que Albert O. Hirschman (1992 [1991], p. 15) chama a “terceira onda reacionária”, i.e., “a crítica contemporânea do Welfare State”.²

Na história do movimento operário e socialista, trata-se do fenómeno conhecido pela “traição” da social-democracia alemã, com a cisão da III Internacional propulsionada pelos marxistas russos que, em 1917, ao derrubarem o poder pós-czarista, reclamaram ter feito a revolução operária e instalado a ditadura do proletariado na Rússia, a que deveria seguir-se um processo idêntico na Alemanha. A opção política do poder no país, no pós-guerra, conduziria a uma traumática separação de águas, emblematicamente pelo assassinato impune, sob o poder social-democrata, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, em 1919, momento em que o movimento Espartaquista alemão se afastara já das contingências antidemocráticas adotadas pelo poder dos soviets em Moscovo (vd. Schütrumpf, 2015).

À semelhança do ocorrido no primeiro quartel do século XX, assistir-se-á a no último quartel, a uma trajetória similar do movimento da Internacional Socialista em direção ao conservadorismo neoliberal que teve, eleitoralmente, três consequências significativas: (1) A fragmentação do espectro partidário hegemónico convencional de governações alternantes bipartidas; (2) O presente desaparecimento, em países importantes, dos partidos socialistas ou afins e (3) A erosão de alternativas no cenário pós-político do “moderatismo”, com a emergência de forças políticas com oratórias de extrema direita.

A incapacidade de forças à esquerda do centro-esquerda propiciarem uma alternativa eleitoral credível relaciona-se com (1) o fenómeno de descrédito emblematicamente pela ascensão e queda da URSS e do bloco chamado socialista-comunista, por um lado. E, por outro lado, com (2) o triunfo ideológico do neoconservadorismo, obtido pela fusão dos poderes económico, político e cultural, servido pela hegemonia comunicacional do novo regime, através da concentração e transnacionalização dos grupos mediáticos e da cartelização das ideias permitida a este mercado desregulamentado em grande parte das sociedades de “oligarquia liberal”, na designação de Castoriadis (2000 [1999]).

Uma caracterização ainda que breve deste processo político telúrico a partir do seu núcleo anglo-americano não pode dispensar, todavia, a maior alteração ocorrida nas décadas pós-anos 1970, a reconfiguração quantitativa -peso e extensão- e qualitativa -natureza e abrangência- dos aparelhos de Estado, reconvertidos ao que João Bernardo (2003)³ chamou o “Estado Amplo”. Para este autor, (2003, pp. 856-857) “com o triunfo do capitalismo liberal a desagregação das ideologias políticas converteu os partidos em grandes máquinas de espectáculo televisivo, cujas actividades são ritmadas pelas campanhas eleitorais”.

Curiosa, mas não surpreendentemente, todo este processo de “privatização do Estado” e de “apropriação da vida privada” (D’Alema, 1995, p. 20), bem como da sua captura pelos interesses empresariais e económico-financeiros predominantes aparece travestida por uma oratória de retração do Estado,

2. Como é conhecido, Albert O. Hirschman identificou “três reações” ou ondas reacionárias [...] A primeira reação é o movimento que se seguiu (e se opôs) à afirmação da igualdade perante a lei e dos direitos civis em geral [...] A segunda onda reacionária — a que se opôs ao sufrágio universal [...] a terceira [...] a crítica contemporânea do Welfare State” (Hirschman, 1992 [1991], pp. 13-15). Hirschman ordena ainda, o que considera “as três teses reativo-reacionárias principais”, sendo que “de acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem económica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão “deixar uma marca”. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior” (Hirschman, id., pp. 15-16).

3. “Por oposição ao Estado Restrito, que inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente, e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais, o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes. As empresas são o principal lugar de exercício do poder [...] e o principal lugar de contestação desse poder. As empresas não determinam só a vida do trabalhador durante a jornada de trabalho, mas pela sua mera importância económica incidem no tecido social e urbano em redor. [...] estou a referir-me ao funcionamento das empresas enquanto aparelho de poder” (Bernardo, 1998, p.23).

que Adriano Moreira (2009, p. 177) definiu com a sua formulação do “Estado exíguo”, recoberto por uma “teologia de mercado que tem sedes diretoras em lonjuras”. Embora utilizando uma terminologia diversa e aparentemente oposta, não deixa de ser interessante e sugestivo observar, neste ponto, a coincidência entre atores e pensadores políticos tão díspares quanto d’Alema, Bernardo ou Moreira.

Democracia e Oligarquia

A asserção de Mário de Sottomayor Cardia, em epígrafe, enuncia o derrube de um primeiro axioma que marcou a retoricidade política do chamado “mundo ocidental” ao longo, sobretudo, da segunda metade do século XX, a saber, a ideia de que o combate político se travava entre ditaduras, de um lado, e democracias, do outro. Bem ilustrativa deste processo é a história do chamado neoliberalismo enquanto política prática. Uma história que não remonta, como é frequentemente esquecido, aos Estados Unidos de Ronald Reagan ou ao Reino Unido de Margaret Thatcher, mas sim ao Chile pós-Allende, o Chile de Pinochet, a partir de 1973.

Esse foi, com efeito, o cenário político experimental da desregulamentação económica preconizada pelos chamados *Chicago Boys*, cunhada pela fórmula política do “neoliberalismo”, desenvolvida sob a proteção política de uma ditadura de Junta Militar. Descreve um dos seus autores, Sergio de Castro Spikula, (1992, pp. 10 e 11), como as teses do “Programa de Desenvolvimento Económico” foram apresentada na “Exposição da Fazenda Pública, em outubro de 1973, efectuada pelo primeiro ministro das Finanças do regime militar, Contra-Almirante Lorenzo Gotuzzo”, cuja adoção, teve como “primeiro efeito” a “migração de quase todos os seus autores dos claustros universitários para o árido e difícil, mas espiritualmente gratificante, campo do serviço público”.

Para além de caso de estudo, este singular e experimental processo chileno⁴ que, passando, como é conhecido, por diferentes fases de desenvolvimento, permitiu experimentar a conjugação entre a força ditatorial do Estado e a desregulamentação e financeirização das relações económicas está pouco presente no estudo político como na produção de debate público sobre a história das ideias por duas ordens de razões: Em primeiro lugar, por conferir ao mal chamado “neoliberalismo” a má reputação da sua aplicação iniciática por uma ditadura militar latino-americana. E, em segundo lugar, porque desconstrói o axioma implícito em toda a retoricidade da grande manobra política contemporânea, da necessária ligação entre sistemas económicos capitalistas e regimes políticos democráticos.

Com efeito, no mesmo texto em que aborda a temática do “Estado exíguo”, Adriano Moreira elaborava, também, acerca do conceito de “Estado exógeno”, na sua dimensão de alienação das soberanias nacionais em favor de instituições trans e supranacionais (no caso português, a questão da União Europeia), que ressignifica a velha fórmula de Umberto Eco (1986 [1978], p. 102) segundo a qual “a revolução nacional já não se faz, porque tudo é decidido noutra lugar”.

Aliás, todo o caso da União Europeia e da sua deriva relativamente aos ideais originais (ver sobre este assunto, entre outros, a recorrente intervenção pública de José Pacheco Pereira, por exemplo), torna-se paradigmático, com a invalidação e repetição de referendos de resultado inconveniente em diversos países-membros (mais de uma dezena desde os anos 1970), com a pressão de estrangulamento financeiro de países cujo eleitorado votara em sentido diverso ao do programa de Bruxelas (vd. a Áustria de Jörg Haider, em 2000, ou a Grécia da coligação Syriza e de Aléxis Tsipras, em 2015).

Estas duas passagens da recente história política da União Europeia convidam ainda a uma reflexão desassombrosa caso se tenha em conta a oposição entre as ideologias de um e do outro destes atores políticos, sem já falar das diferenças entre as duas nações. De algum modo, ambos os casos parecem

4. Para uma referenciação mais extensa do programa ver também Bardón, Carrasco & Vial (1985).

apontar para a ausência de estigmatizações de natureza ideológica. E, no entender desta reflexão, bem. Não se trata, de facto, de um problema de ideologia (no sentido doutrinário da expressão) mas de uma questão, bem mais pregnante, da ordem da hegemonia, num sentido neogramsciano culturalista, mais sofisticado como se lhe refere João Carlos Correia (e.g. 2011, pp. 167, 168).

Se até certo ponto a questão da “ideologia”, no sentido de uma doutrina própria ou de uma recomposição doutrinária progressiva, é discernível a partir de uma conceptualização como a de Edward Shills (1961), que implica a identificação e distinção claras entre “centro” e “periferia” numa dada comunidade humana, o principal efeito de uma análise em termos de “hegemonia” é o de tornar visível a indistinção provocada na percepção dessa mesma divisão, efeito de colonização e de “controlo do imaginário” social (Bragança de Miranda, 2002), no sentido de Charles Taylor⁵, não só mas também pela uniformização espectacular do discurso político-axiológico, pela projecção de inevitabilidade organizada a partir da linguagem do “economês” (Cabo, 2004), pelo incremento da judicialização da política e da respetiva espectacularização. Uma questão a ser levada tão mais a sério, quanto para a investigadora brasileira Maria Luiza Tonelli (2016, p. 21) “o problema da judicialização da política exige que se pense o político da democracia. Ou seja, a política judicializada como uma questão política, não jurídica”.

Não é que a questão propriamente ideológica não exista. Ela existe e é possível discernir-lhe com rigor os contornos, no caso do neoconservadorismo dito liberal, conforme é realizado por Jay Coakley (2011), curiosamente um autor especializado em sociologia do desporto, área em que as temáticas da micro organização social, da cooperação e da competição se jogam em tensão permanente. Eis o resultado em síntese (cf. Pereira, 2019, pp. 16e ss.):

5. “Por imaginário social entendo algo de muito mais vasto e profundo do que os esquemas intelectuais que as pessoas podem acoitar [...]. Estou a pensar sobretudo nos modos como imaginam a sua existência social, como se acomodam umas às outras, como as coisas se passam entre elas e os seus congéneres, as expectativas que normalmente se enfrentam, as noções e as imagens normativas mais profundas que subjazem a tais expectativas” (Taylor, 2010 [2004], p. 31).

Tabela I: Componentes e pressupostos do “neoliberalismo” enquanto política conservadora

Neoliberalismo enquanto doutrina económica

- Mercados livres e fluxos irrestritos de capital como fatores de progresso.
- Apreciação do mérito social e individual a partir de indicadores económicos.
- Futuro humano confiado a mercados livres tutelados pelas elites económicas.

Neoliberalismo enquanto projeto político

- Desregulamentação dos mercados nacionais e globais, regidos pelas necessidades do capital.
- Redução e cooptação do Estado para facilitação dos fluxos de capital e, se necessária, subsídio estatal dos mesmos.
- Captura da esfera pública pelo mercado, via privatização das indústrias e serviços públicos.
- Eliminação de todas as formas e coletivos que possam interferir com a operação dos mercados livres e abertos (sindicatos, cooperativas e comunidades ‘ativistas’).

Neoliberalismo enquanto perspectiva cultural

- Enaltecimento da perseguição individual dos interesses próprios num contexto de mercado, como modelo da ordem social e resolução dos problemas da e na sociedade.
- Detração do papel do Estado como inerentemente ineficaz e obstáculo ao sucesso individual, ao desenvolvimento económico e ao progresso social.
- O sucesso no mercado como marcador das qualidades e competências individuais e o insucesso no mercado como indicador, nos indivíduos, de fraqueza de caráter e de incapacidade de efetuar as escolhas corretas.

Neoliberalismo enquanto modelo para as relações sociais

- A lógica do mercado livre como fundamento preferencial na otimização das relações sociais.
- Competição apresentada como um processo humano natural e modalidade única de estruturar, alocar e distribuir recursos e recompensas.
- Princípios de hierarquização das relações como requisito inevitável de eficácia e progresso.
- Fossos salariais e de riqueza como resultados naturais do progresso e do desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria a partir de Coakley, 2011 (pp. 70 a 73)

Porém, a eficácia desta principiologia ideológica, como bem sublinham Fairclough e Bourdieu é a sua “naturalização”, parafraseando este último, a sua obliteração da di-visão social superficialmente

substituída por uma sorte de “visão social” disseminada na comunidade. As conceptualizações de hegemonia por Gwynn Williams (cit. por Miliband (1977 [1969], p. 55)⁶ e de Raymond Williams (cit. por Apple, 1999[1990], p. 26)⁷ aclaram esta ideia.

Da democracia de “linha branca” ao “pleonismo com o mundo”

Se todos estes sinais recolocam necessariamente a problemática da democracia enquanto ideologia “de linha branca” (Sousa Dias, 2014, p. 16), cujo princípio político fundamental repousa sobre a ideia de “reduzir o desejável ao possível” (Žižek, in Sousa Dias, *ibid.* p. 26) é agora o momento de considerar na sua específica aceção a questão dos media e das suas produções onde, como bem assinalou Luhmann (2005), ficção, informação e publicidade, a despeito de diferenciações formais, convergem no plano da definição da própria experiência em termos de hegemonia. Todavia, também aqui é discernível uma linha ideológica “naturalizada” dos e pelos media hegemónicos, a cuja analítica procedeu o filósofo asturiano Gustavo Bueno (2007, §4, §6), chamando-lhe uma “ideologia de segunda ordem” (ver tb. Pereira, 2019, pp. 115 e ss.)

Tabela II: A nebulosa ideológica doxástica das elites jornalísticas (segundo Gustavo Bueno)

Tema 1. Humanismo “nunca bem definido [...] supõe a realidade do homem universal como valor supremo [...] é um dos [...] mais característicos [...] exclui da nebulosa qualquer dúvida [sobre] racismo, desigualdade entre sexos, género [...] estes debates considerar-se-ão simplesmente indecentes [...] como outrora se considerava indecente qualquer discussão sobre a divindade de Cristo”.

Tema 2. Pacifismo “Opõe-se a qualquer forma de violência, assumindo a Paz como único critério [para a] ação política. [...] ainda assim, uma carga policial sobre manifestantes [...] não será considerada como violência [tal como] o tratamento [dado] nos museus [...] a genocidas e tiranos (excetuando Estaline e Hitler)”.

Tema 3. Constitucionalismo democrático e Estado de Direito “[aproxima] muitos jornalistas [...] de um formalismo jurídico radical. Tudo o que possa ser justificado pela ‘legalidade vigente’ [...] será democrático e bom; [...] o Estado de Direito tenderá a interpretar-se como um sistema que atua em nome da lei assumida pela ‘consciência cívica’. O adjetivo ‘democrático’ será utilizado como prova para legitimar ou justificar qualquer instituição, decisão ou acontecimento”.

Tema 4. Direita e Esquerda

“A distinção entre direita e esquerda [que] cada vez mais, por inércia negligente, se faz corresponder à distinção entre conservadores e progressistas [...] considerar-se-á como um princípio estrutural, quase axiomático [...] sem [...] pensar [...] a complexidade da ideia de Progresso”.

6. Remontando à sua formulação inicial por Antonio Gramsci, Gwynn Williams (1960 —“Gramsci’s concept of Egeмония’, in *Journal of the History of Ideas*, v. 21 n° 4, Dez., pp. 586-599—) definiu o conceito de hegemonia como “uma ordem em que um certo modo de vida e de pensamento é dominante, em que um conceito de realidade se difunde por toda a sociedade em todas as suas manifestações institucionais e privadas, informando com o seu espírito todos os gostos, a moralidade, os princípios religiosos e políticos, todas as relações sociais, particularmente nas suas conotações intelectuais e morais”.

7. Neste sentido amplo, a descrição do conceito por Raymond Williams sustenta que “a hegemonia pressupõe a existência de alguma coisa que é verdadeiramente total, que não é apenas secundária ou superestrutural, como a fraca noção de ideologia, mas que é vivida com grande profundidade saturando a sociedade a tal ponto que, de acordo com Gramsci, constitui mesmo o limite do senso comum para a maioria das pessoas que se encontram sob a sua alçada, o que acaba por corresponder à realidade da experiência social”.

<p>Tema 5. Valores e questões de Valores “[...] sem investigar a génese do conceito de ‘valor’ [...] acolhe [...] valores como entidades objetivas [...] em princípio dissociadas das virtudes, das normas ou dos interesses. Deixar-se-á de parte tudo o que tenha a ver com valores em conflito [...] Dar-se-ão como inatacáveis os valores da solidariedade (também por definir), [...] da tolerância ou [...] da educação”.</p>
<p>Tema 6. A Cultura “[figurada] como norma, justificação e finalidade última da sociedade. [A] Cultura tomada num sentido axiológico totalmente confuso e circunscrito, de facto, a certos valores convencionados institucionalmente”.</p>
<p>Tema 7. A Felicidade “é um dos termos e critérios mais indiscutidos [...] o que se deseja a qualquer consumidor [...] é que desfrute do uso e consumo dos bens que se oferecem (nem que [na] forma de uma marcha fúnebre)”.</p>
<p>Tema 8. Cosmopolitismo “ainda que incrustadas na Nação [estas elites] sentem-se [...] numa sociedade cosmopolita [...] que [se supõe] integrante de uma Cosmópolis harmónica [...] com algumas exceções assinaladas [...] como a cliterectomia ou a burka [...] terão de demonstrar que [...] o seu cosmopolitismo [...] beneficiou de estadas ou cursos nos EEUU e viagens pela Europa.</p>
<p>Tema 9. Ecologismo e preocupação com as mudanças climáticas “o mito da Natureza, sobretudo na versão apocalíptica [...], constitui um dos fios principais. [...] em geral muito poucos [...] entram no debate científico sobre a questão. [...] aderem também às cruzadas antibacoco, [...] antinuclear ou [...] anti CO2”.</p>
<p>Tema 10. Fundamentalismo científico “assume[-se] como norma indiscutível os resultados das ciências positivas, consideradas o último recurso para a Humanidade. A própria utilização do termo ‘comunidade científica’ [...] pode tomar-se como sintoma deste fundamentalismo científico”.</p>
<p>Tema 11. Privacidade da religião “[Est]as elites [...] mantêm-se numa posição relativamente agnóstica [...] e de modo algum participam em campanhas anticlericais ou antirreligiosas. Tendem [...] a considerar as religiões como assunto privado [...] também se desinteressam de qualquer análise filosófico-antropológica da religião. [...] só interessarão, a propósito das religiões, as questões ‘noticiáveis’ [...] padres pedófilos, negócios económico-eclésiásticos [...] procissões [...] a morte ou eleição do [...] Papa”.</p>
<p>Tema 12. O diálogo “concebido como a única forma ‘civilizada’ de colocar e resolver qualquer tipo de conflito [apesar de toda a experiência histórica em contrário, que faz nascer da força todo o poder e as suas oposições]”.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Bueno, 2007, § 6.

Esta uniformidade que emerge, como bem definiu Lucía Draín (sd), em torno do mundo dos negócios, das guerras do Estado e da reiteração da democraticidade do regime, mais do que no plano ideológico deixa-se observar quando olhada através dos procedimentos no interior da realidade endógena (Breed, 1955) dos media e da sua economia política (Herman & Chomsky, 1989 [1988]).

No plano das teorias específicas do jornalismo isto significa que se passou de uma divisão entre as teorias do Espelho e as Teorias da Parcialidade para um domínio mais radical, o da sua produção enquanto construção social. O construcionismo representou para o jornalismo o equivalente das teori-

zações da hegemonia por sobre as da ideologia. A definição das ocorrências enquanto “acontecimentos públicos” e a definição dos seus contornos de sentido quer pelas “convenções formais” (Schudson, 1993 [1982], p. 208) quer pelas estratégias de “reflexividade” e de “indexicalidade” entroncam aqui na produção mesma de ordem social, da maneira apontada por Schutz, para quem, precisamente, a produção social de sentido é produção de ordem social (cf. Tuchman, 2009 [1978]: 93-106).⁸

Esta produção medial que, para usar o pensamento e expressão de Pierre Bourdieu, constitui um fragmento da maior relevância no “poder simbólico” de dizer o mundo como mundo, fazendo da sua narração pleonasmo com ele próprio, (cf. Bourdieu, 1989, p. 53), não se estrutura, porém, em torno de meros preconceitos político-partidários, mas sim da própria diferenciação entre a idealização do campo dos media e a sua realidade. Com efeito, se para Luhmann (2005) o que surge em jogo na produção mediática não consiste em transmitir informação ou conhecimento daqueles que os têm aos outros, que os não têm, mas sim a produção de “irritabilidade social”, então esta estratégia discerne-se com maior nitidez, através da sua economia política, se tivermos em conta, como há muito formulou Dallas Smythe (1977, p.3), que o negócio dos media não consiste em vender informação de quem a tem a quem a não tem, mas sim em vender consumidores a anunciantes, fenómeno que na linguagem corrente se designa pelo eufemismo de “audiências”.

Agentes preferenciais da “produção de subjetividades” no sentido foucaultiano da expressão, os media ocupam um lugar decisivo na socialização secundária dos indivíduos. Complemento, neste âmbito, dos sistemas de ensino, os media realizam na sua tripla produção a sociedade que dizem e em que se dizem, ao tornarem-se o referencial da própria produção de orientação dos sujeitos no mundo (Fromm, 1983[1958]). Os seus efeitos, como tão profusamente discutido ao longo de um século de investigação e debate, não operam particularmente no *short run*, como se sabe, mas no *long run*, como formulou George Gerbner, a partir da sua teoria do cultivo ou da incubação⁹. Desse modo, a produção medial é também construção de mundos no seu sentido fraco, mas também no sentido forte, indicado por Nelson Goodman (1995 [1978]). A sua capacidade de realização de mundos é hoje acrescida pela evolução técnica que permite a *mise en scène* (2002, p. 85) de um conjunto de práticas de verosimilhança (que não necessariamente de verdade ou de falsidade), onde pontificam a informação em *continuum* de reiteração, a apologia e *praxis* do “vivo” e do “direto”, a rapidez do digital e a ordenação do dizível e do pensável quer através do comentário acoplado à notícia, quer através da disseminação axiológica por via da ficção e da publicidade quer comercial quer política.

Num sentido debordiano, estas são as coordenadas fundamentais do lugar dos media na produção de espetáculo que, o mesmo é dizer, na execução do que, em texto de 1970, Luhmann chamou “as regras da atenção” (in Pissarra Esteves, 2009, pp. 171 e ss.), territórios onde a produção de ideologia e sua expressão hegemónica, interesses das elites político-económicas e modelação da experiência se conjugam e articulam para forjar, objetivamente, a convergência acima assinalada entre a nova ordem de comunicação e a nova ordem de dominação.

Os distopistas: controlos, dores e prazeres

Com frequência insuficientemente entendido no seu sentido mais profundo, Guy Debord tratou, não acidentalmente, o que chamou o “mediático”, como uma parte e apenas uma parte do seu conceito de “espetáculo”. A precisão é muito nítida nos “Comentários...”, quando diferencia os dois ao escrever (1995 [1988], p. 18): “Com frequência prefere-se chamá-lo em vez de espectáculo, o mediático”. Para

8. Para Gaye Tuchman, a primeira (“reflexividade”) especifica a inserção dos relatos dos acontecimentos na realidade por eles retratadas, por meio do seu registo e estruturação. A segunda (“indexicalidade”) corresponde à manutenção da sua inteligibilidade, mesmo em circunstâncias em que o contexto imediato é suprimido.

9. Para uma visão sintética e global, ver Gerbner, 2000 e Rudock 2018.

Debord, como é conhecido, o espetáculo que, tal como vinha formulado de “A Sociedade de Espetáculo”, consistia em substância na deificação da mercadoria e na reificação do homem, transformara-se do espetacular “concentrado” dos ditadores da primeira metade do século em espetáculo “difuso” dos mercadores subsequentes e, daí, em espetacular “integrado”, síntese dos dois primeiros, com ênfase no hedonismo do segundo sobre a ascese do primeiro. “Quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica escapava-lhe; quando era apenas difuso, apenas uma parte diminuta. Hoje nada lhe escapa. O espetáculo misturou-se com toda a realidade, irradiando-a”, escreve Debord, para em seguida o classificar dizendo que “o governo do espetáculo, que presentemente detém todos os meios de falsificar o conjunto da produção assim como da percepção, é senhor absoluto das recordações tal como é senhor incontrolado dos projectos que modelam o mais longínquo futuro” (Debord, 1995 [1988], p. 22).

Por seu lado, foi Michel Foucault, provavelmente, um dos pensadores que, modernamente, mais insistiu na ideia de que o poder não é apenas uma instância negativa, de produção de disciplina/controlo, mas uma entidade produtora e indutora de prazer. A ideia, todavia, é antiga. Vem de Juvenal, na tradição latina, do pão e do circo. Aparece recorrentemente na produção de pensamento político em várias das suas idades, e é com ela que Tocqueville (2012 [1835], pp. 605 a 607) encerra um seu clássico do pensamento liberal, ao concluir *Da Democracia na América* com um longo parágrafo sobre as novas formas da dominação que se esboçavam com a conceptualização emergente da democracia.¹⁰

Na atualidade, pensadores como Santiago López-Petit notam a este novo poder, esta “coisa que é nova”, como dele dizia Tocqueville, não apenas o traço prazeroso, mas também um carácter de moldagem, designando-o por “poder terapêutico” o qual, escreve autor catalão (2010, p. 83), “agirá com o propósito de adaptar o querer viver à realidade e de, ao mesmo tempo, inutilizar politicamente qualquer tipo de mal-estar social que possa produzir-se”.

É este o ponto de vista do primeiro dos distopistas aqui mencionados, Huxley, que publica *Brave New World* (*Admirável Mundo Novo*, na tradução portuguesa) em 1932. O mundo onde se processa aquilo a que o seu autor chama a “última revolução”, ou seja, a que se estende “para além da política e da economia, e que visa à subversão total da psicologia e fisiologia do indivíduo”, como Huxley (1949, sp) anota na carta que envia a George Orwell, por ocasião da publicação, por este, em 1948, do romance, *1984*.

Orwell, por seu lado, concebera uma distopia inteiramente negativa, onde o controlo pelo “Grande Irmão” se exercia pela vigilância intrusiva constante e pela crueldade opressiva da oligarquia reinante, com a repressão inclemente e a supressão de toda a dissidência assim como da memória de uma vida outra, através da reescrita constante do passado e do presente, bem como pelo trabalho de distorção radical da linguagem, que originava a *Novilíngua*. Numa carta de 1944, Orwell explicava esta sua ideia

10. « Je pense donc que l'espèce d'oppression dont les peuples démocratiques sont menacés ne ressemblera à rien de ce qui l'a précédée dans le monde ; [...] les anciens mots de despotisme et de tyrannie ne conviennent point. La chose est nouvelle, il faut donc tâcher de la définir, puisque je ne peux la nommer. [...] je vois une foule innombrable d'hommes semblables et égaux, qui tournent sans repos sur eux-mêmes pour se procurer de petits et vulgaires plaisirs, dont ils remplissent leur âme. Chacun d'eux, retiré à l'écart, est comme étranger à la destinée de tous les autres, ses enfants et ses amis particuliers forment pour lui toute l'espèce humaine ; quant au demeurant de ses concitoyens, il est à côté d'eux ; mais il ne les voit pas ; il les touche et ne les sent point ; il n'existe qu'en lui-même et pour lui seul [...] Au-dessus de ceux-là, s'élève un pouvoir immense et tutélaire, qui se charge seul d'assurer leurs jouissances, et de veiller sur leur sort. Il est absolu, détaillé, régulier, prévoyant et doux. Il ressemblerait à la puissance paternelle, si, comme elle, il avait pour objet de préparer les hommes à l'âge viril ; mais il ne cherche, au contraire, qu'à les fixer irrévocablement dans l'enfance ; il aime que les citoyens se réjouissent, pourvu qu'ils ne songent qu'à se réjouir. Il travaille volontiers à leur bonheur ; mais il veut en être l'unique agent et le seul arbitre ; il pourvoit à leur sécurité, prévoit et assure leurs besoins, facilite leurs plaisirs, conduit leurs principales affaires, dirige leur industrie, règle leurs successions, divise leurs héritages ; [...] La sujétion dans les petites affaires se manifeste tous les jours, et se fait sentir indistinctement à tous les citoyens. Elle ne les désespère point ; mais elle les contrarie sans cesse, et elle les porte à renoncer à l'usage de leur volonté. Elle éteint ainsi peu à peu leur esprit et énerve leur âme ; tandis que l'obéissance, qui n'est due que dans un petit nombre de circonstances très-graves, mais très-rare, ne montre la servitude que de loin en loin, et ne la fait peser que sur certains hommes ».

de mundo, quando começava a desenhar-se a derrota hitleriana, mas as armas continuavam ainda a disparar. “Hilter pode dizer que foram os judeus que começaram a guerra, e se sobreviver, isso tornar-se-á a História oficial. Ele não pode dizer que dois mais dois são cinco, porque, digamos, para as finalidades da balística, precisam de ser quatro. Mas, se o género de mundo que eu receio chegar, um mundo de dois ou três super-Estados incapazes de se conquistarem entre si, dois mais dois passam a ser cinco, se o Führer assim o desejar. É esta, tanto quanto consigo vislumbrar, a direção na qual nos movemos de facto, ainda que, é claro, o processo seja reversível” (Orwell, sd [1944], sp).

Para Huxley, que inventara um mundo de dominação pela ausência de dor, mas também de prazer, a dura dominação antevista por Orwell tinha fundamento, mas acarretava problemas de eficiência¹¹. “Dentro de uma geração, creio que os líderes do mundo vão descobrir que o condicionamento infantil e a narco-hipnose são mais eficientes enquanto instrumentos de governo do que clubes e prisões e que a ganância pelo poder pode ver-se totalmente satisfeita mediante a sugestão das pessoas mais para amarem a sua servidão do que conduzindo-as a pontapé para a obediência” (Huxley, 1949, sp). Por outras palavras, acrescentava o autor de *Brave New World* (1949, *ibid*), na sua missiva ao autor de *1984*, “sinto que o pesadelo do *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* está destinado a ser modulado no interior do pesadelo de um mundo mais semelhante ao que imaginei em *Admirável Mundo Novo*”.

Tratava-se da tese já exposta pelo autor no prólogo à edição de 1946 de *Brave New World*, quando escrevia que um “Estado totalitário verdadeiramente ‘eficiente’ será aquele em que o todo-poderoso comité executivo dos chefes políticos e o seu exército de directores terá o controlo de uma população de escravos que será inútil constranger, pois todos eles terão amor à sua servidão. Fazer que eles a amem, tal será a tarefa, atribuída nos Estados totalitários de hoje aos ministérios de propaganda, aos redactores-chefes dos jornais e aos mestres-escola” (Huxley, 2001 [1946], pp.17-18).

Em 1958, *Brave New World Revisited* girava quase na sua totalidade acerca das questões da persuasão e da sugestão, da educação e da propaganda, ou seja, do controlo hegemónico e, explicitamente, da relação entre as grandes maquinarias de amplificação técnica do discurso e os sistemas de poder existentes. Escrevia então Huxley que, no que “à propaganda diz respeito, os primeiros defensores da instrução obrigatória e de uma imprensa livre só encaravam duas possibilidades: a propaganda podia ser verdadeira ou ser falsa. Não anteviam o que na realidade aconteceu, principalmente nas nossas democracias capitalistas ocidentais – o desenvolvimento de uma vasta indústria de comunicações com as massas, que na sua maior parte se não ocupa nem do verdadeiro nem do falso, mas do irreal, o mais ou menos totalmente irrelevante. Numa palavra, não tiveram em conta o quase infinito apetite humano por distrações” (Huxley 2000 [1958] p. 81).

É este o mote e o racional que Neil Postman vai seguir ao longo da sua obra, nas considerações que faz acerca da educação, da técnica e da persuasão/sugestão em torno do entretenimento, muito particularmente em *Amusing Ourselves to Death*, obra do ano de 1985, que o autor consagra à ideia de entretenimento e distração através dos sistemas de media, posicionando-se ao lado de Huxley e citando-o na passagem em que este assinala como se em *1984* a distopia era constituída pelo controlo das pessoas através da dor, já em *Admirável Mundo Novo* elas são controladas pelo prazer. “Resumidamente -escreve Postman- Orwell receava que fôssemos arruinados por aquilo que odiamos. Huxley temia que o fôssemos pelo que amamos. Este livro é sobre a possibilidade de que fosse Huxley e não Orwell quem estivesse certo” (Postman, 2006 [1985], p. xx).

11. Eric Fromm (2008 [1955], pp. 18,19) retomaria, poucos anos mais tarde esta temática da ineficiência ao escrever: “Despots and ruling cliques can succeed in dominating and exploiting their fellow man, but they cannot prevent reactions to this inhuman treatment. Their subjects become frightened, suspicious, lonely and, if not due to external reasons, their systems collapse at some point because fears, suspicions and loneliness eventually incapacitate the majority to function effectively and intelligently. Whole nations, or social groups within them, can be subjugated and exploited for a long time, but they react [...] with apathy or such impairment of intelligence, initiative, and skills that they gradually fail to perform the functions which should serve their rulers”.

Quase vinte anos depois destas palavras de Neil Postman, a declaração pelos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro de 2001, de uma virtualmente infundável “Guerra Contra o Terrorismo” e a sua ação como propaganda (Ceceña & Sader, 2002; Keen, 2006, pp. 131-144) permitiram não apenas infirmar a tese de Postman, como dissimular, através da ordem espectacular hegemónica em torno do tema do “terror”, a tendência de resposta à pergunta que vinha sendo colocada já desde finais da década de 1960, por Ralph Miliband, chamando-lhe “a grande questão”, ou seja, aquela “que se põe em relação aos regimes de tipo ocidental [...] quanto tempo a sua estrutura ‘democrático-burguesa’ poderá continuar a ser compatível com as necessidades e os objectivos do capitalismo avançado, se as suas contradições económicas, sociais e políticas são de molde a tornar inoperante a ordem política em que de uma maneira geral se têm acomodado” (Miliband, 1977 [1969], II vol., pp. 171-172).

O choque com a realidade: Assange & Snowden

As teses de Huxley e Orwell como as de Debord têm linhagens distintas, mas perfeitamente recensáveis no plano do pensamento político euro-americano que, a mina muito grossa, poderiam esquematizar-se do seguinte modo: negativamente de Maquiavel a Orwell; de Gunther Anders a Guy Debord; e positivamente de La Boétie a Huxley, passando por Carl Schmitt (2015 [1927-1933], p. 156), e as suas “maquinarias psicotécnicas de sugestão de massas”. Tudo estava escrito, de facto. O que não existia era a divulgação pública da conjugação de todas estas reflexões na *praxis* política e na experiência existencial dos indivíduos do século XXI, quando o fim da história fora já decretado e a autodenominada “democracia liberal” se tornara uma narrativa tão definitiva quanto inquestionada nas perceções ditas ocidentais.

Essa conjugação chegaria até nós por dois canais diferentes, no dealbar da segunda década do novo milénio. Através das revelações de Julian Assange e, em particular, das de Edward Snowden perceber-se-ia, afinal, que Orwell e Huxley não estavam em confronto nas suas distopias, mas que cada uma era o Outro da outra. Esta unificação das duas modalidades de dominação, a proposta por Orwell e a de Huxley é, não acidentalmente, um dos efeitos intelectuais mais desconsiderados nas análises politológicas acerca das revelações tempestuosas de Assange primeiro e de Snowden, em seguida.

O primeiro elemento a ter em consideração foi a introdução, para muitos surpreendente, de uma anatomia desses novos “inimigos mecânicos e militares da liberdade – as armas e engenhocas que têm fortalecido tão poderosamente as mãos dos condutores do mundo”, de que Huxley falara muitas décadas antes (Huxley, 2000 [1958], p. 10), agora a uma escala inimaginável. “Nas profundezas de um túnel sob um pinhal (uma antiga fábrica de aviões subterrânea da época de Pearl Harbour), sentava-me diante de um terminal a partir do qual tinha um acesso quase ilimitado às comunicações de quase todos os homens, mulheres e crianças da Terra, que alguma vez tivessem marcado um número de telefone ou tocado num computador”, assim resumiu Edward Snowden o seu trabalho na NSA (Snowden, 2019, p. 8). Conhece-se hoje o destino do antigo analista da CIA e da NSA, um exílio provavelmente permanente na Rússia de Putin.

Quanto a Julian Assange, cujo destino também se conhece, uma extradição provavelmente letal da prisão londrina de Berlmarsch para os Estados Unidos, a questão imediata foram as revelações das atrocidades cometidas pelas tropas ocidentais no Iraque e no Afeganistão. Juntaram-se-lhes blocos incomensuráveis de informação e dados que desmentiam a ficção liberal dos nossos regimes políticos e existências pessoais. Mas, sobretudo, o seu crime fora desenvolver o método que permitiria contornar o esquema de vigilância, a criptografia, ou seja, “a derradeira forma de ação direta não violenta” (Assange in Assange et al, 2013, p. 23). O preço a pagar não podia ser menor pelo programa político que tentou levar à prática e que consistia, nas palavras do próprio, em partir do princípio de que “nenhuma força repressora poderá resolver uma equação matemática” para, tomando “esse facto estranho sobre o mundo”, conseguir “amplificá-lo para que ele atue como um elemento constitutivo emancipatório

básico para a independência da humanidade no reino platónico da internet”. E uma questão derradeira e fatal: “à medida que as sociedades mergulham na internet, será que essa liberdade poderia refletir-se de volta na realidade física, a fim de redefinir o Estado?” (Assange in Assange *et al*, 2013, pp. 23,24).¹²

Assange e Snowden, assim como as suas revelações, tiveram uma tão ampla quanto circunstancial cobertura mediática. Sem contar com os constrangimentos políticos impostos pelos governos aos órgãos de comunicação que trataram a questão¹³, um dos problemas, aliás, das fugas maciças de informação é que não são acomodáveis pela estrutura funcional dos media, que vive da atualidade enquanto presente perpétuo, da seleção, da simplificação, da condensação e da contingência do sucedido. Aplica-se-lhe o que escrevia precisamente Huxley (2000 [1958], p.9), a abrir a sua revisitação ao *Admirável Mundo Novo*: “a brevidade nunca pode, pela natureza das coisas, ter em conta todos os factos de uma situação complexa [...] somos de um modo geral forçados a escolher entre uma exposição indevidamente breve e a impossibilidade de expor”. Contrariamente, porém, a evolução logomáquica da comunicação medial para aquilo a que Lucien Sfez (1994 [1990]) designou por “tautismo” -destacando-lhe o inerente fenómeno do psitacismo-, contribui para um regime de construção de desmemória que, ao partir das instâncias tecno-políticas hegemónicas, encontrou porventura o seu expoente máximo na acomodação noticiosa de informação maciça monotemática, ao longo de meses e anos, de que são exemplos, e seguramente casos de estudo, as coberturas de saturação em torno da pandemia de Covid-19 e o conflito na Ucrânia.

Todavia, o que ficava patente com Assange e Snowden era uma renovação do velho problema da “determinação do poder”¹⁴, como lhe chamou Badiou (2000, p 10), a questão de forçar à determinação do poder os regimes de oligarquia liberal, na razão de saber “em que medida os processos social-históricos efectivos que se desenrolam diante dos nossos olhos preparam um novo fechamento” para estas formas de poder, similares ou não a momentos históricos passados (Castoriadis, 2000 [1999]), p. 149). A resposta foi tão contundente quanto despercebida ou absorvida na e pela vertigem da naturalização que transforma a ideologia em senso-comum (Fairclough, 1992 [1989], pp. 84-86) e que, por essa via, tem normalizado socialmente o que outrora seria politicamente inaceitável.

Para essa oclusão temática contribui a evolução técnica da capacidade da produção de entretenimento para se tornar permanente, multifacetada, cada vez mais penetrante na experiência individual, através da pluralidade virtualmente infinda da sua distribuição obtida pelos novos micro-meios de emissão-receção que tanto servem a comunicação interpessoal como a comunicação massificada, nomeadamente, o computador portátil e o seu presente ponto técnico culminante, o *smartphone*, para onde convergem em permanência as mensagens predominantes do mundo hegemonicamente ecranizado, ou seja, de um mundo sobre o qual pode dizer-se que dele se afasta tudo aquilo a que ele não deve referir-se. Tomando ainda de Debord (1995 [1988]9, p. 33) “aquilo de que o espectáculo pode deixar de falar durante três dias é como se não existisse. Pois ele fala, então, de outra coisa qualquer e é isso que, portanto, a partir daí, existe. As consequências práticas, como se vê, são imensas”.

As “picture in our minds” de que falou Lippman já não são, pois, a complexa construção social da realidade na qual se basearam as primeiras teorizações construcionistas, mas passam a ser o que Weiman (2000, p. 359) designou como uma permanente “construção social da irrealidade”. Neste sentido, parece ser que no velho debate entre o pessimismo de Baudrillard e o otimismo de Enzensberger sobre as capacidades emancipatórias dos media, também neste ponto, os casos de Assange e Snowden apon-

12. Para uma ideia da força repressiva que se abateu sobre Julian Assange, em torno de temas e conceitos como o “lawfare” ou o “Direito Penal do Inimigo”, ver Proner & Gentili (coords.) (2022).

13. Ver sobre o assunto: Leigh, & Harding (2011), Greenwald,(2014); Harding, (2014).

14. Defende Alain Badiou que a indeterminação é o suplemento de força a que aspira todo o poder, “é o grande poder”, como lhe chama. Nessa medida, “quando se verifica um verdadeiro acontecimento político, ocorre um final para o carácter indeterminado do poder do Estado. [...] É algo que obriga o Estado a mostrar realmente qual é o seu poder. E por essa mesma razão há algo da submissão que se detém”.

tam para um triunfo do primeiro sobre o segundo, sempre sob o signo da proliferação do entretenimento que, entretanto, permeou a própria informação, como o demonstram os estudos acerca do chamado infoentretenimento (por todos, Figueiredo & Calado (coords.), 2021).

Síntese Explicativa e Pistas de Trabalho

Muito sumariamente, poderia dizer-se que o presente trabalho preconiza a ideia de que as estratégias de dominação nas sociedades de oligarquia liberal são produzidas nos nossos dias não pela supremacia de uma sobre outra das distopias de Huxley e Orwell, ao contrário do que apontava Postman, mas sim pela otimização da conjugação entre ambas. Desenvolvendo a temática da comunicação apresentada às III Jornadas Patologias e Disfunções da Democracia em Contexto Mediático, o presente texto, dir-se-á mais extensamente, insere-se num programa alargado de estudo sobre o que genericamente poderá, neste entendimento, chamar-se a refascização progressiva da vida nas nossas sociedades¹⁵. Constitui, de certa maneira, um índice pessoal do estado da reflexão e da pesquisa até aqui desenvolvida no âmbito deste programa investigativo e intelectual¹⁶ e, daí, o seu carácter de levantamento de questões, mais do que da sua sistematização.

O eventual mérito deste enfoque não se situa, todavia, nas pistas doxasticamente mais comuns, i.e., centradas nos partidos e movimentos políticos legais que se reivindicam especificamente de ideologias de direita extrema ou, mesmo, nazi-fascistas. Pelo contrário, considera-se que esse género de movimentos possui, por ora, capacidades muito limitadas de impor uma ordem autoritária fora do sistema oligárquico em que encontra lugar, eleitorado e cargos para as clientelas nele afiliadas. Do ponto de vista, das suas movimentações clandestinas e armadas, de que as autoridades políticas e policiais-militares possuem certamente graus adequados de conhecimento e acompanhamento, os dispositivos à escala supranacional de vigilância e controlo, assim como a capacidade penal repressiva, se necessária, serão, no seu conjunto, poderosas o suficiente para pôr cobro a veleidades golpistas ou *tours de force*, como são exemplos recentes os acontecimentos do Capitólio, nos Estados Unidos, no princípio de 2021 e de Brasília, no início de 2023, em que os ensaios de não reconhecimento dos resultados eleitorais por multidões manobradas contra as instituições de topo do Estado não vingaram.

Um segundo enfoque não doxástico declina, ainda, a ideia da fragilidade dos regimes de oligarquia liberal cujos dispositivos de controlo e dominação vieram substituir, no chamado Ocidente, os autoritarismos ditatoriais característicos da primeira metade do século XX. A este respeito, e formando um dos pontos de partida da reflexão que aqui se propõe, valerá dizer, com Jean-Christophe Rufin (1995 [1994], pp. 110-111), que “acreditar que as democracias são frágeis e as ditaduras totalitaristas muito poderosas é um completo contrassenso”. Com efeito, prossegue o autor, “as democracias, nas suas aparentes divisões, são bastante mais fortes e unidas do que os regimes ditatoriais, uma vez que a intensidade da repressão política retalha, fere e fragiliza” (id., *ibid.*, p. 87).

A busca pela refascização far-se-á, portanto, algures. E aqui entra o presente índice, que toma como ponto de partida que o fascismo não é uma doutrina, mas uma atitude, como sublinha Umberto Eco (1998) no seu “fascismo eterno”. Nesse sentido, o novo fascismo pode e tem até interesse em demarcar-se dos fascismos históricos da primeira metade do século passado. Destas novas variações do fascismo atitudinal e não-doutrinário falam em termos diversos, autores tão diferentes quanto Paulo Otero (2000) e a sua “democracia totalitária”, Boaventura Sousa Santos (1998) e o seu “fascismo societal”, López-Petit (2010) e o seu “fascismo pós-moderno”. É claro que numa etapa histórico-teórica mais antiga, cabe

15. Diferentes parecem ser os processos em curso em sociedades do oriente e do sul geopolíticos, cuja análise aqui se exclui.

16. Uma reflexão e investigação que têm vindo a materializar-se ao longo dos últimos quase dez anos, quer em publicações em autoria própria ou coautoria (Pereira, 2013, pp. 17 a 80; Pereira 2019; Babo, Loureiro & Pereira 2021 e Pereira, Babo & Loureiro, 2022), entre outras intervenções dispersas.

referenciar Reich e a sua *Psicologia de Massas do Fascismo* (1933), ou a “personalidade autoritária”, de Adorno *et al* (1950). Assim como, mais recentemente, caberá mencionar Byung-Chul Han (2014) e as suas teses sobre psicopolítica, bem como Peter Sloterdijk (2002 [2000]) em *O desprezo das Massas* ou o que este mesmo autor (2007 [2001], p. 100) caracterizou como “fascismo de entretenimento”.¹⁷

Para João Bernardo, as relações fascistas nas nossas vidas, não provêm de um crescendo centrípeta de poder que se materializa no carisma de uma individualidade-personagem mais ou menos Carlyleana, como outrora, um material suficientemente estudado por diferentes disciplinas das ciências sociais e humanas. Num quadro histórico de grandes reformulações e transformações, pensar o fascismo implica para este autor (Bernardo, 2003, pp. 857-858) considerar as “formas como nas últimas décadas as empresas têm alargado a esfera da sua soberania e multiplicado os planos da sua intervenção, desenvolvendo o que classifico como Estado Amplo”. Assim, acrescenta Bernardo (id., ibi.) “numa vida política tão profundamente alterada, foi inevitável que as concepções fundamentais do fascismo tivessem abandonado os sistemas ideológicos em que se inseriram e que haviam servido para defini-las, e passassem a vigorar com outro aspecto e diferentes conotações nos sistemas de administração de empresa. É aí nas novas modalidades assumidas pela disciplina do trabalho, na nova autoridade que as grandes empresas conquistaram em todas as facetas da vida social, nas novas redes de um poder sempre mutável e fluido, adaptado aos movimentos permanentes do capital, aos seus choques e recomposições, é em toda esta nova trama de relações que o fascismo, enquanto concepção e prática política, se conseguiu reencarnar. Quem quiser estudar o fascismo actual não pode prender a atenção em insignificantes grupúsculos de paranóicos nostálgicos. Devemos partir da constatação de que o Estado Amplo é hoje o principal lugar do poder e de que é na administração da empresa que a política se exerce no sentido mais pleno. Nestas novas condições o fascismo tem permanecido anónimo, porque não foi objecto de conceitos que permitam circunscrevê-lo nas suas formas contemporâneas”.

Ou, nos termos de Rufin (1995 [1994]:19-20), “não é mais uma questão de ser ou não terror, de ser ou não constrangimento, de ser ou não repressão, de ser ou não contrato social explícito. O sistema tornou-se simplesmente independente do uso que os homens fazem da liberdade que ele próprio lhes faculta [...] Nunca antes a liberdade humana fora tão grande. E nunca tivera tão pouco efeito sobre a organização social que a permite”. Este novo fascismo instala-se, pois, nas relações sociais e interpessoais, articulando como até hoje nunca tinha sido técnica e politicamente possível conjugar a “vontade de distração” de que falava Aldous Huxley, com os logros inauditos obtidos pelos sistemas difusos de poder, em termos de dispositivos de controlo social (Melossi, 1992 [1990]) e de controlo cultural (Badie, 1981), Batalla, sd & Batalla 1991).

Dá a vantagem que se prefigura em partir das grandes perspectivas distópicas sinalizadas pelo século XX, para apontar áreas de pesquisa e convocar pesquisas e autores de múltiplos campos das ciências sociais e humanas, contemplando, como preconizava Luhmann, que qualquer teoria da comunicação não pode separar-se de uma teoria da sociedade, e procurando pistas que facultem versões de mundo e tendências que, sem nunca poderem ser totais ou reclamarem para si o estatuto de uma qualquer “verdade” unívoca e inequívoca, propõem modos de pensar a nossa existência nos anos vinte do século XXI que tão recorrentemente fazem lembrar os “alegres apocalipses” dos anos vinte do século passado, de que, à época, falou o escritor vienense, Hugo von Hofmannsthal (vd. Guerreiro, 2000, p. 13).

17. Para uma visão filosoficamente diferente, mas complementar leia-se em João Bernardo, a este respeito: “Será muito grande a diferença, ou não o será, relativamente à política como espectáculo, que singularizara o fascismo? O carácter supraclassista de todos os movimentos fascistas tornou-se a regra geral de todos os grandes partidos contemporâneos, que conseguiram deste modo realizar a integração social a que o fascismo aspirara. E esta amálgama de classes e grupos foi obtida também através da apresentação da actividade política como um espectáculo. Só que o espectáculo mudou completamente de forma. As massas populares deixaram de ser mobilizadas em conjunto para cerimónias rituais na presença de chefes maiores ou menores e passaram a ficar captadas privadamente, cada pessoa assistindo sozinha a uma cerimónia televisiva comum”. (Bernardo, 2003, p. 857).

Sem ponto de chegada pré-determinado, o ponto de partida deste trabalho toma, como fica dito, de Umberto Eco a ideia de que o fascismo não é uma doutrina (Eco, 1998, pp. 14-26) para considerar a observação inquietante de Norman Mailer (2003, p. 541) que ao pensar o rumo dos acontecimentos no pós-11 de setembro se interrogava: “Vamos continuar a defender as nossas liberdades ou concluiremos que todo o esforço tem de dirigir-se a salvar-nos de qualquer ataque terrorista concebível? A segunda opção, levada até à sua conclusão, conduzir-nos-á nada menos do que a uma simples variedade de fascismo. Não serão necessárias camisas castanhas ou pretas. A nossa única certeza é que, chamem-lhe o que chamarem, fascismo não será a palavra”.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor W.; Frenkel-Brunswik, Else; Levinson, Daniel & Sanford, Nevitt (1950). *The Authoritarian Personality*. Harper & Brothers.
- Apple, Michael W. (1999) *Ideologia e Currículo*. Porto Editora.
- Assange, Julian; Appelbaum, Jacob; Müller-Maguhn, Andy & Zimmermann Jérémie (2013). *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. Boitempo.
- Babo, Isabel; Loureiro, Luís Miguel & Pereira, Rui (2021). Infotainment, jornalismo e infoentretenimento. In João Pedro Figueiredo & Vanda Calado (coords.) *Infoentretenimento - Possíveis Abordagens Regulatórias*. ERC – Almedina (pp.172-197).
- Badie, Bertrand (1981). Contrôle culturel et genèse de l'État. In *Revue Française de Science Politique*, (31) (2). (325-342).
- Badiou, Alain (2000, 24 e 25 abril). Conferências sobre o Acontecimento. Buenos Aires. In *Antropomoderno*. <http://www.grupoacontecimiento.com.ar/documentos/documentos.html> [presentemente com indicação de “Bloqueado”]
- Bardón M., Álvaro; Carrasco A., Camilo & Vial G., Álvaro (1985). *Una década de cambios económicos – la experiencia chilena (1973-1983)*. Ed. Andrés Bello.
- Batalla, Guillermo Bonfil (1991), Lo propio y lo ajeno, una aproximación al problema del control cultural. In <http://conceptualdelacultura.blogspot.pt/2011/03/capitulo-ii-lo-propio-y-lo-ajeno-una.html>
- Batalla, Guillermo Bonfil (2011) *Pensar nuestra cultura: Ensayos*. Alianza Editorial.
- Berlinski, Claire (2008). *There Is No Alternative: Why Margaret Thatcher Matters*. Basic Books.
- Bernardo, João (1998). *Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder*. Escrituras.
- Bernardo, João (2003). *Labirintos do Fascismo — Na encruzilhada da Ordem e da Revolta*. Afrontamento.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Difel.
- Bragança de Miranda, José (2002). *Teoria da Cultura*. Ed. Século XXI.
- Breed, Warren (1955). Social control in the newsroom – A functional analysis. In *Social Forces*, (33), (Fall). (326-335).
- Bueno, Gustavo (2007). Sobre las elites de periodistas en la democracia coronada. In *El Catoblepas – Revista Crítica del Presente* (68) (2). <http://www.nodulo.org/ec/2007/n068p02.htm>
- Cabo, José Maria (2004). *La economía como ideología*. Hiru.
- Cardia, Mário de Sottomayor (1998). Cinco tipos de democracia institucional. In *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, (12). Edições Colibri. (309-316).
- Castoriadis, Cornelius (2000 [1999]). *Figuras do Pensável – As encruzilhadas do labirinto*. Ed. Piaget.
- Ceceña, Ana Esther & Sader, Emir (Coords.) (2002). *La guerra infinita – Hegemonia y terror mundial* (e-book). Biblioteca Clacso. https://www.academia.edu/81648731/La_guerra_infinita_Hegemon%C3%ADa_y_terror_mundial
- Coakley, Jay (2011). Ideology doesn't just happen: sports and neoliberalism. In *Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte*, (19) (1). (67-84). <https://www.researchgate.net/publication/277092602>

- Correia, João Carlos (2011). *O Admirável Mundo das Notícias- Teorias e Métodos*. Labcom Books.
- D'Alema, Massimo (1995, 15 de julho). Itália: a nova esquerda e a revolução liberal. In *Expresso*.
- Debord, Guy (1995 [1988]). *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Mobilis in Mobile.
- Dias, Sousa (2014). *Žižek, Marx & Beckett e a democracia por vir*. Documenta.
- Drain, Lucia (sd). La fabricación de mayorías. In *La Haine*. http://lahaine.org/espana/fabricacion_mayorias.htm
- Eco, Umberto (1986 [1978]). Atingir o coração do Estado. In U. Eco, *Viagem na irrealidade quotidiana*. Difel.
- Eco, Umberto (1998). O fascismo Eterno. In U. Eco, *Cinco Escritos Morais*. Ed. Record (pp. 14-26).
- Fairclough, Norman (1992 [1989]). *Language and Power*. Longman Group.
- Fromm, Erich (1983[1958]). *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Guanabara-Koogan.
- Gerbner, George (2000). Cultivation Analysis: an Overview. In *Communicator* – outubro-dezembro (3-12).
- Goodman, Nelson (1995 [1978]). *Modos de fazer mundos*. Asa.
- Greenwald, Glenn (2014). *No Place to Hide - Edward Snowden, the NSA and the Surveillance State*. Penguin Books.
- Guerreiro, António (2000). A ocupação mais inocente. In A. Guerreiro, *O acento agudo do presente*. Cotovia (pp. 9-27).
- Han, Byung-Chul (2014). *Psicopolítica – Neoliberalismo y Nuevas Técnicas de Poder*. Herder.
- Harding, Luke. (2014). *Os Arquivos Snowden – A história secreta do homem mais procurado no mundo*. Texto Editores.
- Herman, Edward S. & Chomsky, Noam (1989 [1988]). *Manufacturing Consent – The Political Economy of the Mass Media*. Basic Books.
- Hirschman, Albert O. (1992 [1991]). *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Companhia das Letras.
- Huxley, Aldous (2000 [1958]). *Regresso ao Admirável Mundo Novo*. Livros do Brasil.
- Huxley, Aldous (2001 [1946]). Prólogo à edição de 1946. In *Admirável Mundo Novo*. Livros do Brasil.
- Huxley, Aldous (2012 [1949, 21 de outubro]). Carta a George Orwell. In *Letters of Note*. <https://web.archive.org/web/20200208011627/http://www.lettersofnote.com/2012/03/1984-v-brave-new-world.html>
- Keen, David (2006). *Endless War? Hidden Functions of the 'War on Terror'*. Pluto Press.
- Leigh, David. & Harding, Luke (2011). *O segredo WikiLeaks - O que é e como foi possível*. Gradiva.
- López-Petit, Santiago (2010). *A Mobilização Global seguido de O Estado-Guerra e Outros Textos*. Deriva.
- Luhmann, Niklas (2005). *A realidade dos meios de comunicação*. Ed. Paulus.
- Luhmann, Niklas (2009 [1970]). Opinião Pública. In João Pissarra Esteves (Org.), *Comunicação e Sociedade*. Livros Horizonte (pp. 163-191).
- Mailer, Norman (2003). Gaining an Empire, Losing a Democracy?. In Phillip Sipiora (ed.), *Mind of an Outlaw*. Random House (540–542).
- Melossi, Dario (1992 [1990]). *El Estado del control social*. Ed Siglo XXI.
- Miliband, Ralph (1977 [1969]). *O Estado na Sociedade Capitalista — Uma análise do sistema de poder no Ocidente* (II vol.). Presença.
- Moreira, Adriano (2009). *A circunstância do Estado Exíguo*. Diário de Bordo.
- Orwell, George (sd [1944, 18 maio]). Letter to Noel Willmet. In *Revista Prosa, Verso e Arte*. <https://www.revistaprosaversoarte.com/carta-de-george-orwell-explica-1984/?fbclid=IwAR3R5b4GaYsGsKhI3U5SD5XLvhfC5ZzzlVeTGnPg1yLuhQZmnwQL92rr-vA>
- Otero, Paulo (2000). *Democracia Totalitária: Do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária*. Principia.

- Pereira, Rui (2013). *O anticomunismo na imprensa portuguesa de referência durante o período de 'normalização' (1980-2005) — Os casos do Diário de Notícias, Expresso e Público*. Tese de Doutoramento. Repositorium U.M. <https://hdl.handle.net/1822/27323>
- Pereira, Rui (2019). *Pensar em Tempos de Não-Pensamento - Notas para uma analítica do brutal na contemporaneidade*. Grácio Ed.
- Pereira, Rui; Babo, Isabel; & Loureiro, Luís Miguel (2022). “Populismo”: uma tripla perspetiva analítica. In *Media & Jornalismo*, 22(40), 19-35. https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_1
- Postman, Neil (2006 [1985]). *Amusing Ourselves to Death - Public Discourse in the Age of Show Business (20th Anniversary Edition)*. Penguin Books.
- Proner, Carol & Gentili, Pablo (coords.) (2022). *Assange – La verdad confiscada* (ebook): Escuela de Estudios Latinoamericanos y Globales, ELAG. https://www.grupodepuebla.org/wp-content/uploads/2022/05/ASSANGE_La-verdad-confiscada_.pdf
- Rudock, Andy (2018). Backstage in the history of media theory: The George Gerbner Archive and the history of critical media studies. In *KOME - International Journal of Pure Communication Inquiry* (6) (2). (81-91).
- Rufin, Jean-Christophe (1995 [1994]), *A Ditadura liberal - Razões da consagração dos sistemas democráticos do século XX*. Publicações Europa-América.
- Schmitt, Carl (2015 [1927-1933]). *O conceito do político*. Ed. 70.
- Schudson, Michael 1993 [1982]). A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo – Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Schütrumpf, Jörn (2015). Entre o amor e a cólera. In Jörn Schütrumpf (org.). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. Fundação Rosa Luxemburgo. (pp. 21-71).
- Sfez, Lucien (1994 [1990]). *Crítica da Comunicação*. Ed. Piaget.
- Shils, Edward (1961). Centre and periphery. In Edward Shils, *The Logic of Personal Knowledge: Essays Presented to Michael Polanyi*. Routledge & Paul (pp. 117-130).
- Sloterdijk, Peter (2002 [2000]). *O desprezo das massas – ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Estação Liberdade.
- Sloterdijk, Peter (2007 [2001]). *O Sol e a morte – Investigações dialógicas - Diálogos com Hans-Jürgen Heinrichs*. Relógio d'Água.
- Smythe, Dallas Walker (1977). Communications: Blindspot of Western Marxism. In *Canadian Journal of Political and Social Theory*, (1) (3). (1-28).
- Snowden, Edward (2019). *Vigilância permanente* (ebook). Lectulândia.
- Sousa Dias, J. (2014). *Žižek, Marx e Beckett e a democracia por vir*. Documenta.
- Sousa Santos, Boaventura de (1998). *Reinventar a Democracia*. Gradiva (pp. 33-41)
- Spikula, Sergio de Castro (1992). *El Ladrillo*. www.cepchile.cl/dms/lang_1/cat_794_inicio.html (pp.7-12).
- Taylor, Charles (2010 [2004]). *Imaginários sociais modernos*. Texto & Grafia. (pp. 31-38).
- Tocqueville, Alexis de (2012 [1835]). *De la démocratie en Amérique* (ebook). Institut Coppet <https://www.institutcoppet.org/wp-content/uploads/2012/01/De-la-d%C3%A9mocratie-en-Am%C3%A9rique.pdf>
- Tonelli, Maria Luiza Quaresma (2016). *A judicialização da política*. Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores.
- Weimann, Gabriel (2000). *Communicating Irreality – Modern media and the reconstruction of reality*. Sage.
- Žižek, Slavoj (sd 2001,15 novembro). La medida del verdadero amor es: Puedes insultar al otro- Entrevista com Sabine Reul & Thomas Deichmann. In *Slavoj Žižek en Español Compilación de Textos*. <https://comunidadmecs.files.wordpress.com/2008/10/zizek-slavoj-compilacion-de-textos.pdf>
- Žižek, Slavoj (2000). *Bem-vindos ao deserto do real*. Relógio d'Água.
- Žižek, Slavoj (2012 [2010]). *Vivendo no fim dos tempos*. Boitempo.